

O COLAPSO ECONÔMICO E A TÁTICA DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA ALEMÃO

Rosa Rosa de Souza Rosa Gomes¹
Universidade de São Paulo

A trajetória do revisionismo no Partido Social-Democrata Alemão (SPD) apresenta-nos questões com as quais lidamos no cotidiano das lutas sociais até hoje: a organização e a tática, como relacioná-las? O trabalho de mestrado, do qual este artigo é resultado, estabelece o período entre 1898 e 1914, porque foi nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial que o SPD estabeleceu definitivamente sua orientação na direção do reformismo, que o revisionismo ganhou um corpo teórico e porque o nosso objetivo central é entender a teoria econômica de Rosa Luxemburgo dentro do debate na social-democracia alemã anterior a publicação de seu livro em 1913. Este artigo aborda o debate dentro do partido, apontando apenas marginalmente como este se relaciona com a da teoria da acumulação de Luxemburgo.

Tendo como principal fonte histórica as atas dos congressos anuais do SPD corroboramos uma mudança de orientação ao longo do período, identificada por outros estudiosos,² da recusa total da teoria revisionista até sua incorporação como práxis do partido inclusive por membros que compunham sua ala de centro-esquerda, como August Bebel e Karl Kautsky. Três datas são marcantes para pensar essa trajetória: 1903, 1905 e 1907, e, por isso, elas norteiam este trabalho.

Esperamos colaborar para a reflexão sobre as questões da organização e da tática nos movimentos da esquerda hoje, porque acreditamos que muito dos debates de então ainda são reproduzidos em nossos dias.

1903: Reformismo derrotado?

Antes de debatermos os eventos de 1903, vamos voltar um pouco no tempo e retomar contexto histórico em que surge a polêmica Bernstein.

O período aqui delimitado é considerado um momento de prosperidade na história do capitalismo. Depois da Grande Depressão de 1873 e o período de crise que

¹ Mestranda do Programa de História Econômica (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas — Universidade de São Paulo). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

² Ver SCHORSKE (1993); DROZ (1972); CARONE (1993)

se seguiu até metade dos anos 1890, a Europa viveu o que ficou conhecido como Belle Époque. Um período de ascensão da classe média e expansão do mercado consumidor até o que viria a ser nos nossos dias o consumo de massa. O acesso a artigos tecnológicos como aspiradores de pó e geladeiras ampliou-se e as camadas médias passaram a comprar bens de consumo e não apenas de necessidades básicas.

O mundo parecia viver um momento de prosperidade infinita, até porque as crises que ocorreram foram muito pontuais e não dramáticas como a de 1873. A classe trabalhadora também sentiu os efeitos dessa expansão de mercado consumidor: também ela teve suas condições de vida melhoradas, fato que Rosa Luxemburgo e outros da esquerda do SPD recusaram-se a admitir.

A teoria de Eduard Bernstein se sustenta e, até certo ponto se explica, por essa prosperidade. No entanto, ele também não percebeu o quão limitado foi esse desenvolvimento e “bem-estar”, circunscrito à Europa, e que atingiu de maneira comedida os trabalhadores, como diz Hobsbawm:

...embora a economia fornecesse trabalho, ainda não propiciava mais que um alívio modesto, às vezes mínimo, à miséria que a maioria dos trabalhadores encarou no transcurso da maior parte da história, como seu destino.³

Mas quem foi Eduard Bernstein e o que é a polêmica que leva seu nome?

Ele era considerado um importante teórico da social-democracia neste período, herdeiro de Friedrich Engels por ter trabalhado a seu lado em Londres. Era membro do SPD desde sua fundação em 1875, mas teve que se exilar por causa das leis antissocialistas de Bismarck⁴, permanecendo em Londres entre 1888 e 1901 quando retornou a Alemanha. Entre 1896 e 1899, foram diversos os artigos publicados em que polemizava com a teoria das crises de Karl Marx expressas no programa do partido. Estes artigos são o pontapé inicial para a polêmica. Neles, Bernstein analisa a prosperidade do capitalismo e a melhoria das condições de vida das classes médias e do proletariado, prevendo um desenvolvimento contrário ao de Marx. Para ele, não haveria proletarização crescente das camadas médias, ao contrário, os operários ascenderiam

3 HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Impérios (1875-1914). São Paulo, Paz e Terra, 2013, p. 94.

4 Essas leis impediram o partido de existir legalmente e tornou qualquer ação socialista um ato de contravenção: “Bismarck submeteu ao Senado uma lei que proibia os sindicatos ou quaisquer reuniões que ocorressem para tratar de temas socialistas, banindo qualquer jornal e panfletagem que mostrasse simpatia ao movimento.” PÁSSARO, Marília Bremberger. “As Leis Antissocialistas de Bismarck”. In: Mouro Revista Marxista, ano 4, n.7, set 2012, p. 155 a 166.

socialmente e melhorariam de vida; também não havia concentração de capital, porque muitas pequenas e médias empresas estavam surgindo. Neste sentido, o capitalismo não caminhava para o seu fim lógico, mas, ao contrário, evoluía para uma sociedade melhor. Bernstein defendia, por isso, não a revolução, como um período de conturbações, mas a transformação social, um desenvolvimento lento e gradual para o socialismo.

Por esses motivos, o objetivo da organização partidária deveria ser a luta parlamentar por reformas sociais que mudassem ainda mais a vida da classe trabalhadora até que, enfim, pudesse tomar o estado pela via eleitoral. A defesa desta tática no SPD é anterior a Bernstein e existia desde sua legalização em 1890, mas foi só neste momento que ela ganhou uma teoria e foi combatida como tal.⁵

Assim, os congressos de 1898, 1899 e 1903 foram marcados pelo intenso debate sobre o revisionismo-reformismo como tema da ordem do dia, no entanto, esta polêmica perpassou todas as discussões internas da organização até a Primeira Guerra Mundial.

Em um primeiro momento, até 1903, a direção do partido, tendo em August Bebel a sua expressão máxima, defendeu seu programa como inalterável, sua base de sustentação, recusando qualquer tentativa de transformar um partido revolucionário, “que batalha por uma transformação rápida da sociedade burguesa atual”⁶ em um partido reformista.

Para os dirigentes mais influentes e a esquerda, o programa tinha que ser defendido, porque se baseava na compreensão da história através da luta de classes. Os dados apontados por Bernstein estariam equivocados porque não levavam em conta o crescimento populacional para calcular o aumento das camadas médias, nem o êxodo rural que piorou a vida de vários trabalhadores. Além disso, para estabelecer a melhoria das condições de vida dos operários dever-se-ia tomar o salário real, que indicava um encarecimento maior dos produtos básicos em relação ao aumento salarial.

Esta ala do partido não assumia o avanço nas condições de vida, que ocorreu de fato neste período, como vimos acima. Por outro lado, seu argumento é em parte verdade, porque essas melhorias não foram tão grandes assim para amenizar os conflitos de classe. Indicativo disso foi o crescimento do movimento socialista neste período, tendo no SPD um exemplo e parâmetro a ser seguido: contando com um orçamento de 315.866,91 marcos em 1898, dos quais 45,23% provinham de contribuições de

5 Ver DROZ (trad. 1972).

6 Resolução sobre a tática do partido. In: *Protokoll des Parteitages abgehalten in Dresden*, 1903, p. 418-419.

militantes, e 1.697.630,85 de marcos em 1912, dos quais 56,33% vinham de militantes⁷; além disso, entre 1900 e 1905, há um crescimento do número de greves, participantes e de sua duração, convergindo o pico com o momento da primeira Revolução Russa, o que também assinala um acirramento dos conflitos pela Europa.⁸

Neste debate econômico sobre o acirramento ou não das contradições de classe incluía-se a questão da forma da tomada do poder. Havia um consenso no partido de que a classe operária deveria tomar o Estado, no entanto, existia divergência em torno do caminho, da tática para tal, à qual se relacionava à compreensão do próprio desenvolvimento do capital.

Aqueles que, como Bernstein, compreendiam um desenvolvimento evolutivo para o socialismo, acreditavam que o parlamento era a via para a transformação do modo de produção, construindo o socialismo sem rupturas e argumentando uma minoração das contradições, sendo possível realizar acordos com a burguesia para conseguir reformas até a tomada do poder, através do voto. Estes combatiam a ideia de colapso presente no programa social-democrata.

Acerca deste debate, entendemos que os revisionistas examinaram uma conjuntura específica, na qual viviam, e tinham dificuldades em realizar uma análise global do capitalismo. Um exemplo disso, é a incapacidade de perceber as relações do sistema em escala mundial, chegando a dizer que a pobreza era um problema da falta de desenvolvimento, portanto, sua evolução levaria ao enriquecimento a riqueza e a distribuição de renda para estes lugares também. Foi Eduard David⁹ quem disse:

Mas no nosso programa está escrito que a miséria é o resultado do desenvolvimento capitalista, uma consequência da grande indústria. Quando, então, Kautsky pergunta se os práticos¹⁰ se esquecem que existem regiões miseráveis onde a indústria ainda não penetrou, ele refuta a si mesmo; com isso ele prova precisamente que lá, aonde a indústria está, ocorre uma elevação e lá, aonde o desenvolvimento capitalista ainda não

7 Ver anexo 1.

8 Contrário ao argumento dos revisionistas, há uma concentração do capital observável no crescimento das empresas com mais de 1000 empregados entre 1882 e 1907, ver anexo 3. Sobre as greves, ver anexo 2.

9 Eduard Heinrich Rudolph David (1863-1930). Nasceu em Ediger an der Mosel. Foi escritor, ministro, diplomata. Entrou no SPD em 1893 e teve cargos de redator, secretário e controlador. Foi deputado no Reichstag em 1903, 1907 e 1912. Fonte: http://www.fes.de/archiv/adsd_neu/inhalt/nachlass/nachlass_d/david-ed.htm, data de acesso 27 fev 2015.

10 A palavra usada aqui foi *Praktiker* em referência aos reformistas.

chegou, mantém-se situações de miséria.¹¹

No entanto, como disse Clara Zetkin em 1899, as reformas deixam o trabalhador protegido e melhoram sua vida, mas não acabam com a questão fundamental de sua dependência; ele continua precisando vender sua força de trabalho no mercado, ela continua sendo mercadoria e a separação entre meios de produção e produtores continua existindo.¹²

Daí que a esquerda e a direção, neste momento, defenderam as reformas sociais, mas sem abandonar o objetivo final: a tomada do Estado. Note-se que Rosa Luxemburgo também defendia essa tomada de poder em seus discursos e mesmo em sua obra é difícil entender o que seria isso, mas como ela mesma dizia, não é possível determinar a forma da revolução, é preciso trabalhar para que ela aconteça, para acabar com o capitalismo e construir uma nova sociedade.

Determinado o objetivo estratégico, os defensores da manutenção do programa ora recusam ora assumem a ideia de colapso. Argumentava que o desenvolvimento lógico do capitalismo tende a seu fim porque suas contradições internas são insolúveis. Incorporavam a análise de Marx integralmente: a contradição entre produção e consumo levaria a uma situação social extrema em que a revolução seria inevitável. Em muitos momentos, nesses discursos, pecam na análise conjuntural, esquecendo-se de que de fato, naquele momento histórico havia uma expansão de mercado e esse limite apontado teoricamente parecia longe de ocorrer do ponto de vista econômico. É importante ressaltar a ênfase na prática, na luta política, mais do que na econômica, pois a primeira é que levaria a consciência de classe ao proletariado, empurrando-o a revolução.

Embora fale aqui em revolução, a palavra não é usada nos debates dos congressos, eles usam *Endziel* (objetivo final) o que denota já um certo problema do partido com radicalizações, pois a palavra revolução aparece ligada à violência e os reformistas rechaçam esse tipo de luta veementemente, estabelecendo um debate entre parlamentarismo ou violência, que da perspectiva da esquerda era totalmente artificial porque eles não poderiam determinar a forma da transformação, como dito acima.

O ano de 1903 é crucial nesse debate, pois é considerado o momento de rechaço completo do revisionismo pelo partido. O tema reapareceu como pauta do congresso por causa do resultado eleitoral deste ano: o SPD tinha 56 mandatos em 1898 e subiu para

11 In: *Protokoll des Parteitage abgehalten zu Hannover*, 1899, p. 139. Tradução própria.

12 Idem, p. 174.

81 em 1903. O sucesso nas eleições levantou o debate sobre a tática, pois com a quantidade de mandatos ganhos eles poderiam reivindicar cargos dentro da burocracia estatal.

A resolução tirada aí recusou os cargos e o revisionismo, assentando o partido sobre a perspectiva da luta de classes. No entanto, o que vemos na discussão é a negação por parte daqueles considerados revisionistas do próprio rótulo, Bernstein foi o único que se colocou como tal. Assim, a resolução não teve efeito, foram palavras ao vento, ainda mais se considerarmos a prática do partido que, apesar de ter um tom radical em seus debates e resoluções, não assumia, por exemplo, posturas anti-imperialistas: na Guerra da China em 1900, a direção não tomou uma ação centralizada por toda Alemanha, deixando apenas a cargo de agitações locais combater o avanço alemão sobre a China, repartindo-a entre as várias potências europeias.

A questão da greve de massas em 1905 deixou claro para a esquerda do partido até que ponto a direção estava disposta a ir para chegar a revolução. A compreensão deste momento dentro do SPD é importante porque os textos econômicos de Rosa Luxemburgo respondem a questões da militância política e nesse período a Revolução Russa fez deste o maior debate prático da organização.

1905: Revolução em debate

Apesar de afastar o revisionismo como teoria do partido, o congresso de 1903 não fez mais do que reafirmar a tática reformista há muito incorporada¹³. O próprio Bebel defendeu que o partido deveria alterar sua tática apenas quanto a radicalidade de seus discursos parlamentares, devendo torná-los mais duros. No entanto, para ele, o resultado eleitoral era prova de que as massas apoiavam sua tática e estavam com eles. No que parece ser uma clara confusão entre sucesso eleitoral e hegemonia política.

O partido, ou mais especificamente a direção, estava imóvel taticamente, não conseguia pensar em outras formas de combate que não o parlamentarismo e isso se tornou claro com a Revolução Russa de 1905.

Na Alemanha, neste mesmo ano, ocorreram uma série de greves, especialmente na região do Ruhr, à revelia das direções sindicais. Estas conseguiram acalmar o movimento obtendo vitórias parciais e aprovando uma resolução bastante conservadora

13 Desde 1890, pelo menos. Mesmo que houvesse discordância e rechaço à prática de alianças dos militantes do sul da Alemanha, elas ocorriam sem represálias; maior exemplo disso é Georg von Vollmar.

no congresso dos sindicatos daquele ano.¹⁴

O contexto de greves autônomas das direções e o movimento na Rússia que acabou com a formação do primeiro soviet em São Petersburgo abalou as estruturas organizacionais do movimento operário. As bases estavam se radicalizando além das direções e houve um esforço destas para bloqueá-las aprovando diretrizes congressuais que negavam a greve de massas como instrumento de luta.

Assim, os congressos do SPD em 1905 e 1906 debateram com ânimos exaltados a questão. Primeiro porque os sindicatos haviam aprovado uma resolução de não discutir o instrumento e levariam a diretriz para o partido, tentando encaminhá-lo para o mesmo sentido.

Mas não foi o que aconteceu no congresso do partido de 1905, aparecendo três posições sobre o tema. A do centro, representada pela diretoria na figura de Bebel, que afirma a greve massas como instrumento valoroso da luta, mas que precisa da conscientização das massas para ser realizada. Assim, era preciso fortalecer a organização, o partido, antes de chamar as massas às ruas. A direita reformista recusava essa tática, pois o partido havia se consolidado como parlamentarista, atuando por meio da legalidade e porque uma ação deste tipo resultaria em um massacre da população pelo aparelho militar prussiano. À esquerda, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Karl Liebknecht defenderam a greve como fruto de seu momento histórico: a revolução russa e a procura por ações extraparlamentares mostravam que a legalidade não satisfazia mais às necessidades dos trabalhadores. Delineou-se outra divisão sobre a questão do revisionismo-reformismo: os ortodoxos ou centro, a direita reformista e a esquerda revolucionária.

A ala de Rosa Luxemburgo defendia a ação de rua, a ênfase no movimento das massas. Além disso, para ela, não era necessário a organização antes disso, a Revolução Russa mostrara que ela se construía na luta, por isso, não deveriam temer os desorganizados, pois eles aprenderiam no movimento: “A organização nascerá também, ao contrário, na luta junto com a consciência de classe”.¹⁵

Apesar de grandes diferenças com a proposta da diretoria, a esquerda votou a favor dela e esse episódio é considerado uma vitória radical pela historiografia, embora na verdade seja mais uma afirmação conservadora do partido que não levava a

14 Ver anexo 2 para a quantidade de greves e seus participantes e SOUZA (2012) sobre o ano de 1905 na Alemanha,

15 In: *Protokoll des Parteitages Jena*, 1905, p. 321. Tradução da autora

alterações em sua prática.

Depois dos debates intensos no congresso e com várias questões levantadas, Luxemburgo partiu para vivenciar a revolução e escreveu em 1906 uma brochura bastante famosa, *Massenstreik Partei und Gewerkschaften*, polemizando com diversos argumentos da direita em 1905 como por exemplo a incomparabilidade entre Alemanha e Rússia e a preocupação extrema com a violência física, ambos argumentos superficiais, para ela. Apesar disso e da revolta da base com a direção em 1906, por causa de encontros e acordos escondidos da cúpula do SPD com a cúpula da Comissão Geral¹⁶, sua ala não teve força para segurar os sindicalistas do partido e foi derrotada, pois o congresso aprovou nesse ano a greve como um último recurso, a ser utilizado em casos extremos, contentado sindicalistas e reformistas e, na prática, recusando a revolução em um horizonte próximo.

A derrocada final para o parlamentarismo, iniciando um período de crise da social-democracia alemã, foram as eleições de 1907.

1907: a derrota para o nacionalismo

Em 1904, a Alemanha combateu uma revolta no sudoeste da África que se transformou em uma pequena guerra em 1906/7. Para levar adiante o combate militar, o exército precisava de um aumento na verba, que deveria ser aprovado no *Reichstag* (parlamento do II Império alemão). No entanto, o SPD fez campanha contra o orçamento e o *Zentrum*, partido de centro e bastante conservador com grande peso na Alemanha, votou com os social-democratas porque suas exigências em relação à política colonial não foram atendidas pelo governo. Por causa disso, o parlamento foi fechado em dezembro de 1906 e convocadas eleições para o próximo ano, 1907.¹⁷

A campanha antinacionalista do SPD foi vista como a causa da derrota eleitoral em 1907, que deixou o partido com 43 cadeiras das 81 que tinha. O partido dividiu-se novamente entre aqueles que defendiam ações mais enérgicas contra o imperialismo e aqueles que avaliavam a popularidade das ações coloniais no país. A questão, mais uma vez, representava os defensores do programa e os reformistas.

Após essa eleição, as ações centralizadas, dirigidas nacionalmente, tornaram-se mais tímidas, principalmente, em relação a políticas internacionais. Se já em 1900, sua

16 *Generalkommission*: órgão central dos sindicatos

17 BORN, Karl Erich. Von der Reichsgründung bis zum Ende Weltkrieg. Handbuch der deutschen Geschichte, Band 16. München: Deutschen Taschenbuch Verlag, s.d.

reação foi bastante modesta contra a participação alemã na Guerra da China; em 1911, quando explodiu a Crise de Agadir¹⁸ no Marrocos, a direção adiou sua movimentação ao máximo e quando a fez limitou-se a escrever sobre o assunto sem convocar manifestações nacionais. O motivo disso está na proximidade das eleições de 1912, o partido não queria sofrer uma nova derrota eleitoral, por causa do combate ao patriotismo e decidiu, então, pela moderação, calando-se frente a crise. O resultado de 1912 foi estrondoso: 110 deputados no parlamento. Mas o que significava esse número?

Por muitos anos a massa eleitoral foi confundida com força política, mas em 1912 já estava bastante claro que os votos não significavam um alinhamento ideológico da população com o programa social-democrata. Eram resultados de campanhas e alianças com partidos liberais. Uma educação eleitoreira que o próprio SPD ajudou a criar nas massas ao se limitar à atuação parlamentar após a sua legalização. O ponto crucial foi a recusa da radicalidade de 1905, quando os operários pediam mais do que leis, pediam ação. Ao colocar esta como um último recurso, o partido tomou a decisão de não utilizá-la, silenciando-se durante a Primeira Guerra e compactuando com o governo imperial.

Inclusive as formulações teóricas de intelectuais social-democratas nesse período justificavam a hesitação frente a política colonial alemã. Kautsky, Bebel e Rudolf Hilferding acreditavam que a guerra não aconteceria porque os negócios capitalistas estavam muito entrelaçados internacionalmente; para eles, os capitalistas não entrariam em um conflito mundial pelas colônias, pois suas perdas seriam muito grandes. Mas eles desconsideraram os lucros da indústria bélica e a necessidade do capital de explorar novos mercados, teses que aparecem nas resoluções partidárias sobre a política colonial, o militarismo e o imperialismo, mas que foram ignoradas ao analisarem o movimento do capital internacional naquele momento.

Chegamos ao momento da publicação da obra de Rosa Luxemburgo, *A Acumulação do Capital*, 1913. Nessa obra, ela debate sobre os temas citados dentro do período aqui delimitado. Nela, ela se recusa a estudar as crises, pois elas seriam apenas a forma como o movimento da reprodução do capital aparece de tempos em tempos. Para entender o modo de produção, era necessário estudar a sua reprodução ampliada, que adquire a forma da acumulação nesta produção, e não sua aparência, as crises.

18 Em 1910, a França tentou estender sua dominação no Marrocos para além do acordado no tratado de Algeciras de 1906. O governo alemão reagiu enviando dois navios de guerra, Panther e Berlim, para Agadir ao sul do país africano no dia 1 de julho de 1911.

O desenvolvimento dessa acumulação é um processo histórico que só pode ser, pois o capitalismo é um modo de produção determinado no tempo e no espaço, carregando as condições para a sua continuidade, mas, pela mesma historicidade, carrega também as condições de seu fim. Luxemburgo retorna à dialética para explicar o movimento do sistema e aponta o militarismo como parte essencial da reprodução ao lado do imperialismo, “expressão política do processo de acumulação”¹⁹.

O retorno às teses do partido fundamentando-as teoricamente corresponde à sua necessidade prática de justificar a radicalização. Sua teoria da acumulação propõe o levante das massas para evitar aquilo que seria uma tendência histórica do capitalismo: o colapso e a barbárie. É apenas uma tendência, porque ela aponta que a acumulação caminha entre dois polos nunca existentes: a transição da reprodução simples para a ampliada, que seria seu início, e a constituição de uma sociedade composta por capitalistas e operários, que seria seu fim. Ela não falou sobre as contra-tendências ao colapso, porque sua intenção não era explicar a infinidade do capitalismo, como faziam os revisionistas, mas justificar a necessidade da revolução, o seu fim.

Colapso econômico e revolução

Reafirmar o colapso econômico constituiu-se em polêmica durante os congressos do SPD. A esquerda e o centro do partido acreditavam em um fim do capitalismo no sentido defendido por Marx: um modo de produção historicamente determinado tem começo, meio e fim. Mas isso não significaria um dia milagroso, em que a população se revoltaria e tomaria o poder. A revolução precisava ser construída diariamente com e pelos trabalhadores. Por isso, Luxemburgo dedicou tanto tempo a batalhar dentro da social-democracia por uma ação mais radical, principalmente após 1905. Uma vez afastado da práxis radical, era preciso afirmar com argumentos também econômicos o porquê da necessidade de empurrar as massas à revolução, aparece então *A Acumulação do Capital*.

Teoria e prática não se separam em Luxemburgo, assim como economia e política. Mas também não se separavam para nenhum outro militante socialista. Ainda que boa parte da direita do SPD não se considerasse revisionista, eles representavam uma práxis: o reformismo como expressão prática da teoria revisionista. Desta forma, a defesa da revolução está intrinsecamente ligada a ideia de colapso; assim como a defesa

19 LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985, p. 305.

do parlamentarismo relaciona-se, ainda que de forma implícita, com a compreensão de um “socialismo evolucionário”²⁰.

Ambos analisavam a conjuntura que viviam, mas de perspectivas diferentes: os revisionistas viam as conjunturas particulares e universalizavam sem fazer mediações; os programáticos olhavam para a estrutura global do capitalismo e tinham dificuldade de observar as realidades particulares. O concreto quase se esvai, porque a dialética some da perspectiva dos debatedores. Rosa Luxemburgo forçou a retomada da dialética, mas tornou-se uma voz sem força dentro da direção do SPD, já em seu texto *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* apontou as relações complexas entre ação e organização desenvolvidas durante a primeira Revolução Russa, buscando levar os socialistas para o caminho da revolução. Mas no limiar de 1914 a maior parte deles, apesar da fraseologia combativa ao imperialismo, estava rendida ao nacionalismo e cederam aos seus governos. Os outros, como Rosa, tiveram de esperar o ressurgimento da ação de massa, com retomada das greves em 1916/17 e da revolução.

20 Referência ao título do livro de Eduard Bernstein que, no Brasil, levou o título de *Socialismo Evolucionário* porque traduzido a partir do inglês.

ANEXO 1

Tabela do orçamento anual do SPD com destaque para as contribuições feitas pelos militantes²¹

	Entrada total*	Contribuições	Proporção (%)
1898	315.866,91	142.873,19	45,23
1899	340.956,90	123.186,77	36,13
1900	249.582,31	125.071,18	50,11
1901	317.934,70	142.710,55	44,75
1902	338.408,50	153.985,68	45,5
1903	628.247,23	303.423,21	48,3
1904	620.792,91	289.145,01	46,57
1905	723.069,14	295.026,18	40,8
1906	810.917,22	297.341,85	36,67
1907	1.191.819,42	570.554,12	47,87
1908	852.976,10	442.103,44	51,83
1909	1.105.249,77	571.010,92	51,66
1910	935.409,86	521.209,09	55,72
1911	1.357.761,62	911.639,41	67,14
1912	1.697.630,85	956.261,37	56,33
1913	1.687.276,89	733.799,59	43,5

* Total arrecadado naquele ano, incluindo juros de banco, lucros com jornais, principalmente “Vorwärts”, empréstimos etc.

21 Até 1904 foi preciso deduzir dos recursos ordinários o equivalente ao repasse de alguns jornais e revistas, a partir de 1905 os dados dos recursos ordinários constituem-se apenas das contribuições conforme consta nos relatórios da diretoria. A dedução de 1898 a 1904 foi necessária para que os dados pudessem ser comparados. Dados retirados das atas dos congressos do SPD entre 1898 e 1913.

ANEXO 2

Greve, Lockouts e “Movimentos de Não-confrontação”, 1890-1913²²

Ano	Greves incl. Lockouts ¹⁻²				Greves ⁴			
	Número	Participantes	Duração ³	Número calculado de participantes ^{3a}	Número	Participantes	Duração ³	Número calculado de participantes ^{3a}
1900	852	115,711	1,234,025	65,761	806	101,081	1,051,159	53,346
1901	727	48,522	1,194,553	38,913	692	40,062	1,070,278	32,825
1902	861	55,713	964,317	48,159	805	48,922	847,121	43,239
1903	1,282	121,593	2,622,232	88,954	1,200	75,830	1,109,461	56,818
1904	1,625	135,957	2,120,154	128,700	1,513	104,555	1,512,886	93,121
1905	2,323	507,964	7,362,802	414,703	2,010	363,917	5,565,546	278,882
1906	3,480	316,042	6,317,675	301,590	3,059	222,686	3,991,606	212,562
1907	2,792	281,030	5,122,467	274,052	2,469	176,292	2,147,695	170,456
1908	2,052	126,883	2,045,585	105,859	1,795	66,307	1,139,636	60,021
1909	2,045	131,244	2,247,512	121,171	1,839	96,750	1,587,257	89,110
1910	3,194	369,011	9,037,575	341,994	2,224	142,113	2,193,252	133,455
1911	2,914	325,253	6,864,240	280,073	2,707	211,896	4,359,062	184,829
1912	2,825	479,589	4,776,818	304,979	2,469	397,490	3,447,729	240,763
1913	2,600	248,986	5,672,034	196,460	2,173	177,594	4,139,720	151,121

- 1) Os editores (Hohorst et. al.) gostariam de agradecer Klaus Tenfelde por preparar essas tabelas
- 2) Para todo o período em questão, os cálculos das primeiras três categorias também incluem Lockouts, mas não “movimentos de não-confrontação”.
- 3) Duração das greves a partir de 1900 (em todas as categorias) medida em perda de jornadas de trabalho em dias (cálculo baseado no número de participantes)
- 3^a) A estatística da *Generalkommission* determina a perda de jornada de trabalho em dias somente para um certo número de participantes, que flutua entre 56,8% e 97,5% do número total de grevistas
- 4) Separação possível a partir de 1900, somente.

22 GERMANY History in Documents and Images. http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/pdf/eng/107_Concent%20of%20Enterprise_7.pdf, acesso em 20 fev 2015. Dados selecionados e tradução da autora.

ANEXO 3

Empregados na indústria, comércio e minas, classificados de acordo com o tamanho da companhia²³

Ano	Empregados por empresa					
	1-5	6-10	11-50	51-200	201-1,000	Mais de 1,000
	1	2	3	4	5	6
	%					
	Indústria e Comércio					
1882	59.8	4.4	13.0	11.8	9.1	1.9
1895	41.8	7.4	17.3	17.4	12.8	3.3
1907	31.2	7.0	19.4	20.8	16.7	4.9
	Minas e Salinas					
1882	1.7	0.8	5.9	14.6	44.0	33.0
1895	0.8	0.6	4.0	11.2	36.8	46.6
1907	0.7	0.3	2.5	9.6	28.7	58.2

23 GERMANY History in Documents and Images. http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/pdf/eng/107_Concent%20of%20Enterprise_7.pdf, acesso em 20 fev 2015. Tradução da autora.

BIBLIOGRAFIA

ABENDROTH, Wolfgang. Storia Sociale del Movimento operario Europeo. Torino: Einaudi, 1971.

BORN, Karl Erich. Von der Reichsgründung bis zum Ende Weltkrieg. Handbuch der deutschen Geschichte, Band 16. München: Deutschen Taschenbuch Verlag, s.d.

CARONE, Edgar – A II Internacional Pelo Seus Congressos (1889-1914). São Paulo: Editora Anita; Editora Universidade de São Paulo, 1993.

DROZ, Jacques. História Geral do Socialismo. Lisboa: Horizonte, 1972, 6v.

HOBBSAWM, Eric (org.). História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 12 v. (Coleção Pensamento Crítico)

_____ A Era dos Impérios (1875-1914). Trad. Siene Maria Campos e Yolanda Stidel de Toledo. São Paulo, Paz e Terra, s.d.

PÁSSARO, Marília Bremberger. “As Leis Antissocialistas de Bismarck”. In: Mouro Revista Marxista, ano 4, n.7, set 2012, p. 155 a 166.

SCHORSKE, Carl E.. German Social Democracy: 1905-1917: the development of the great schism. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

SOUZA, Luiz Enrique Vieira. A Recepção Alemã à Revolução Russa de 1905. Tese de doutoramento em sociologia. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, outubro de 2012.